

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2020.

(Da Sra. ALICE PORTUGAL)

Susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, a Portaria nº 2.345/20, do Ministério da Saúde, assinada pelo ministro interino da Saúde, general Eduardo Pazuello, no dia 02 de setembro de 2020, que “torna sem efeito a Portaria nº 2.309/GM/MS, de 28 de agosto de 2020”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Este decreto susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal de 1988, a aplicação da Portaria nº 2.345/20, do Ministério da Saúde, assinada pelo ministro interino da Saúde, general Eduardo Pazuello, no dia 02 de setembro de 2020, que “torna sem efeito a Portaria nº 2.309/GM/MS, de 28 de agosto de 2020”.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Portaria nº 2.345/20, do Ministério da Saúde, e uma clara evidência de que governo Bolsonaro, como de hábito, cedeu à pressão dos empresários para suspender inclusão de infecção por coronavírus na lista de doenças do trabalho.

No Brasil já são quase quatro milhões de trabalhadores e trabalhadoras contagiados pelo novo coronavírus (Covid-19) e mais de 122 mil mortos até esta quarta-feira (2/09). Mas, em vez de se preocupar com a vida dos mais de 209 milhões de brasileiros, Jair Bolsonaro se preocupa mais uma vez em proteger o empresariado.

Em menos de 24 horas, o governo revogou uma portaria do Ministério da Saúde que incluía a Covid-19 na Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho (LDRT). Com a classificação do novo coronavírus como doença ocupacional, o trabalhador teria uma série de proteções, que agora foram revogadas.

Trata-se de descaso com as categorias essenciais que, com muita coragem, têm trabalhado para atender à população nesse momento de pandemia.

São os trabalhadores e trabalhadoras da saúde, dos transportes, caminhoneiros, bombeiros, segurança pública, comerciários, milhões que estão adoecendo no trabalho. O Brasil tem hoje mais de quatro milhões de homens e mulheres infectados por Covid-19 que merecem tratamento digno e proteção.

O governo Bolsonaro tem adotado a prática de descumprir acordos feitos com o Congresso Nacional, como no caso da ampliação das categorias que teriam direito ao auxílio emergencial e outras medidas que beneficiavam a classe trabalhadora.

A Portaria nº 2.345/20, do Ministério da Saúde é um total desrespeito ao que foi acordado com os movimentos sindicais e a Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador do Conselho Nacional de Saúde que estava revisando a lista de doenças ocupacionais depois de 20 anos da última revisão.

Com esta portaria absurda e desumana, o trabalhador, segurado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que for afastado por mais de

15 dias perde o direito de sacar o FGTS proporcional aos dias de licença. Ele também perde a estabilidade no emprego por um ano que lhe era assegurada pela portaria revogada. Além disso, o trabalhador perde o direito de pedir indenização para ele ou para seus familiares, por danos morais e materiais às empresas, nos casos mais graves da doença e o auxílio-doença fixado em 60% do valor das contribuições da Previdência e mais 2% ao ano para homens que contribuíram por 20 anos e mulheres por 15 anos, voltaria a ser de 100% , já que a contaminação pela Covid-19 seria enquadrada como “benefício acidentário”.

É imperioso, portanto, que o Congresso Nacional interfira novamente para assegurar a proteção aos trabalhadores nesse momento de pandemia e suste os efeitos desta nova portaria do Ministério da Saúde.

Sala das sessões, em de setembro de 2020.

Alice Portugal

Deputada Federal – PCdoB/BA

